

**A NOÇÃO DE AUTORIA EM MATTOSO CÂMARA:
CONSTITUIÇÃO DE POSIÇÃO-SUJEITO LINGÜISTA NO FIM DOS ANOS 50**

Tatiana FREIRE DE MOURA
Universidade Federal Fluminense
tatty_fm@yahoo.com.br

O processo de gramatização brasileira do português faz do gramático brasileiro autor do saber sobre a língua do Brasil. Contudo, com a instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1958, o gramático perde seu lugar de autor do saber lingüístico e esse saber passa a ser assegurado pelo lingüista: “há uma mudança de autoria, ficando o gramático regido por uma nomenclatura uniforme e o conhecimento da língua passando a ser caucionado pelo lingüista” (Orlandi, *Língua e conhecimento lingüístico*, 2002).

No presente trabalho, trato dessa noção de autoria que se estabelece a partir da instauração da NGB, observando a constituição da posição-sujeito lingüista no fim dos anos 50. Cuido de verificar, mais precisamente, como se dá a relação entre efeito-sujeito e efeito-autor na constituição da posição-sujeito lingüista e, assim, como se configura um outro lugar de interpretação sobre a língua do Brasil.

Constituem o *locus* de observação dessa questão as resenhas produzidas por Mattoso Câmara (considerado pela tradição lingüística o primeiro lingüista brasileiro) para a seção *Livros* da revista feminina *A Cigarra Magazine*. Nessas resenhas, ele divulga e comenta treze obras editadas ou reeditadas entre 1956 e 1959, todas elas relacionadas a estudos da língua.

Selecionei para essa apresentação quatro resenhas, a saber: 1) Didática Especial de Português (Leodegário Amarante de Azevedo Filho, 1957); 2) Exercícios de Português (M. Cavalcanti Proença, 1959); 3) 100 textos errados e corrigidos (Hamilton Elia e Sílvio Elia, 1959); e 4) Pequena Gramática para explicação da nova nomenclatura gramatical, 1959). O critério de seleção dessas resenhas perpassa pela observação de serem esses os títulos divulgados por Mattoso

referentes ao ensino da língua portuguesa no curso secundário. Incidi sobre a materialidade lingüística dessas resenhas recortando seqüências discursivas nas quais trabalho no sentido de deprender marcas lingüísticas que apontam para a constituição de uma posição-sujeito lingüista, no Brasil, no fim dos anos 50 do século XX.

Para engendrar uma reflexão teórico-analítica dessa proposta, procedi de modo a trazer, da Análise do Discurso (daqui por diante AD), os conceitos de *sujeito*, *heterogeneidade*, *posições-sujeito*, *efeito-sujeito* e *função- autor*.

A AD desloca o conceito de linguagem entendida como meio de comunicação e transmissão de informações (da Lingüística) para um lugar de materialização dos sentidos e de assujeitamento, lugar onde o indivíduo se torna sujeito na relação com a história e a ideologia, para significar, significar-se e ser significado (ORLANDI, 1999).

O sujeito está imerso na linguagem, constituindo-a e, principalmente, sendo constituído por ela, sendo atravessado por uma memória, determinado por uma historicidade, afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Por ser assim constituído, ele não se reconhece diferentemente de um sujeito autônomo e como causa de si (PÊCHEUX, 1997 [1975]).

O sujeito é sujeito na e pela linguagem, está sujeito à opacidade da língua, mas vive a ilusão (necessária) de que é origem do dizer. Há, no sujeito, uma necessidade inerente de completude, de naturalidade, de que as coisas tenham uma lógica muito clara. Por isso os sujeitos tomam para si determinados sentidos como evidentes e a inexistente transparência da linguagem. Isso caracteriza o que na AD se conceitua como *efeito-sujeito*.

O efeito-sujeito, conseqüência dos esquecimentos (PÊCHEUX, 1975) pelos quais o sujeito é afetado, “coloca o sujeito como origem de seu dizer e representa o sentido como transparente” (ORLANDI, 1988). Ou seja, o sujeito crê que o que diz só pode ser dito de determinado modo, o modo que seleciona em meio a tantos outros, e que o sentido só pode ser aquele que atribui ao dizer. A ideologia apaga para o sujeito que os sentidos resultam de um processo discursivo e que se constituem no interdiscurso – e não no sujeito que diz. Pelo processo

de reconhecimento ideológico, o sujeito não se vê diferente de “fonte do dizer”, o que cria nele a ilusão de sua unidade.

Contudo, o sujeito é descontínuo e se marca em diferentes posições discursivas (contrárias, contraditórias ou não). E isso ocorre porque o sujeito é constituído lingüística, histórica e socialmente. Ao enunciar, ele ocupa diferentes posições em uma formação sócio-histórica dada, posições constituídas por determinadas formações discursivas e ideológicas.

Nesse movimento, não interessa à AD o sujeito-x em si, mas as posições que o sujeito-x ocupa, as posições-sujeito marcadas por ele nos processos de significação, enfim, suas posições discursivas. Dito de modo específico, para esse trabalho não interessa o sujeito-Mattoso em si, mas as posições que o sujeito-Mattoso ocupa em seus textos para significar e significar(-se), constituindo a posição-lingüista.

Considera-se aqui, junto com Orlandi (1988), a noção de texto como dispersão do sujeito. Em seus textos, o sujeito se marca em diferentes posições discursivas. Essas marcas mostram como a heterogeneidade é constitutiva do sujeito e do dizer.

Authier-Revuz (1990), sobre essa questão, classifica a heterogeneidade, que chama de “enunciativa”, em “heterogeneidade constitutiva” e “heterogeneidade mostrada”. A primeira é da ordem do inconsciente e do interdiscurso: no seu dizer, o sujeito retoma sentidos outros sem se dar conta disso; a segunda caracteriza-se por elementos lingüísticos que o sujeito utiliza para demarcar o que, no seu dizer, é do outro, para provocar uma diferenciação e um distanciamento entre o que diz e o dizer do outro.

As marcas lingüísticas que incidem na análise das resenhas são da ordem dessas heterogeneidades. Buscamos observar como Mattoso Câmara circunscreve a posição-sujeito lingüista como uma posição de autoria frente ao saber lingüístico, visto que as condições de produção em que se inscreve mantêm relação com o ensino tradicional da língua constituído pela Gramática e pela Filologia. Ensino este da Gramática afetado, então, pela instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958).

Orlandi (1988) define a função-autor como “uma função do sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (*id.*, p. 77). A função-autor é a função enunciativa “em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato social e suas coerções. [...] Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições” (*id.*, *ibid.*).

Sendo assim, de que modo Mattoso, em suas resenhas, assume a função-autor, de que perspectiva(s), de que posições enuncia para constituir a unidade do que diz e o lugar de onde enuncia? Nessa posição-autor de resenhas, ou seja, posição-comentarista, que já-ditos sobre a Gramática e a Filologia Mattoso Câmara retoma? Instaura diferença(s) no que se refere a elas? Quais são as relações de (des)identificações que se estabelecem?

As seqüências discursivas em que essas questões são observadas e as respostas a essas questões ficam para a apresentação.